

Praça(s) aos nomes sem corpos

Squares to the names without bodies

Elilson Gomes do Nascimento

 0000-0001-7974-6304
elilson@usp.br

Resumo

Este ensaio reúne, em formato de textos transcritos, os cinco áudios que compuseram a instalação sonora *Praça aos nomes sem corpos*, integrante da exposição *Contar o tempo*, realizada em 2022 no Centro Maria Antônia da Universidade de São Paulo. A instalação, que ocupou um vão entre prédios denominado Praça sem Nome, era formada por uma placa de material reflexivo e cinco bancos em semicírculo, cada um contendo uma caixa de som acoplada. Nos áudios, textos escritos e gravados em espaços públicos de São Paulo sobre episódios da ditadura brasileira (1964-1985) ou desaparecidos políticos. Precedendo os textos, o ensaio é introduzido por algumas reflexões sobre memória, arte e política; além de proposições que nortearam a curadoria da referida exposição e a ideia de um “pensamento sonoro e político”, delineada pelo artista e teórico do som Brandon Labelle.

Palavras-chave

Instalação sonora. Desaparecimento político.
Memória política.

Abstract

*This essay presents the transcribed texts of the five audio recordings that made up the sound installation *Praça aos nomes sem corpos* (*Square to the Names Without Bodies*), part of the 2022 exhibition *Contar o tempo* (*Telling Time*) at the Centro Maria Antônia/ Universidade de São Paulo. The installation, situated in a space between buildings known as *Praça sem Nome* (*Nameless Square*), featured a reflective plaque and five semicircular benches, each equipped with a speaker. The recordings included texts that were written and recorded in public spaces across São Paulo, addressing episodes from the Brazilian dictatorship (1964-1985) or political disappearances. Preceding the texts, the essay opens with reflections on memory, art and politics; concepts that informed the curatorship of the exhibition and introduces the idea of “sonic and political thought,” as articulated by sound artist and theorist Brandon Labelle.*

Keywords

*Sound installation. Political disappearance.
Political memory.*

Notas introdutórias

De repente, naqueles dias, começaram a desaparecer pessoas, estranhamente. Desaparecia-se. Desaparecia-se muito naqueles dias.

Essa epígrafe é a estrofe de abertura do poema “Os desaparecidos”, de Affonso Romano de Sant’Anna (1987). No texto, o autor reflete sobre uma das principais práticas de aniquilamento da vida e supressão da memória perpetradas pelo regime ditatorial brasileiro entre os anos 1960 e 1980: o desaparecimento político. Por meio de verbos como diluir, emudecer, esvanecer, evaporar e extinguir, o poeta, estrofe por estrofe, constrói uma tessitura metafórica sobre a convivência cotidiana – das ruas aos cômodos das casas – com a desapareição de pessoas. Entre uma cena e outra, a cadência do poema é ritmada pela indeterminação do sujeito denotada na expressão “desaparecia-se”, refrão que dimensiona a multidão de nomes sem corpos que passava a compor uma massa fantasmática na história do Brasil.

Em um país que continua invicto como o que menos julgou e condenou em toda a América Latina violações aos direitos humanos cometidas em regime ditatorial, o poema de Sant’Anna, entre inúmeras obras nas mais diversas linguagens artísticas que retratam e denunciam o terrorismo do Estado brasileiro, segue ecoando atualidade. Esse estampido, que é a negligência com a memória política nacional, tornou-se um ruído ainda mais estrondoso durante o recente governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), cujos discursos em ode ao regime militar, já bem antes de ser eleito democraticamente ao cargo executivo, deram fôlego e completo despudor para que setores ultraconservadores da sociedade voltassem a conclamar pelas ruas apologias à tortura e pedidos de retorno da ditadura.

Tal banalização do terrorismo de Estado é reflexo das constantes disputas de narrativa que caracterizam a sociedade brasileira desde o final da ditadura; a historiadora Janaína de Almeida Teles¹ (2012, p. 266) argumenta que “o período

¹ Filha dos militantes Amelinha e César Augusto Teles, que foram barbaramente torturados na ditadura, Janaína, assim como seu irmão, Edson Teles, tornou-se presa política com apenas cinco anos de idade. Dedicando-se à carreira acadêmica, a historiadora tem feito importantes pesquisas e publicações sobre temas correlatos à ditadura. Fonte: Edson e Janaína Teles – Memórias da Ditadura. Acesso em 8 ago. 2024.

inicial de democratização foi sistematicamente marcado por mecanismos de denegação e bloqueio de processos de responsabilização”. Nesse sentido, a violência da ditadura persiste como uma espécie de antilegado discursivo. A despeito do árduo trabalho de comissões de ativistas, familiares de torturados e pesquisadores por memória, verdade e justiça, que se refletiram, ao longo das últimas décadas também em “intentos fundacionais”, como a instauração da Comissão da Verdade promovida durante o primeiro governo Dilma Rousseff, a ausência de punições e condenações pode explicar a ascensão do neofascismo bolsonarista.

Nesse contexto, contudo, também persistem, sobretudo no entrecruzamento entre experiência política e prática estética, ações e iniciativas por reparação histórica que evidenciam e reivindicam a “conflituosa história das memórias”, que faz elo entre diferentes tempos históricos, afinal, “ao contrário da facticidade do passado que não pode ser alterada, o seu *sentido* forçosamente se transforma ao sabor das intenções, disputas políticas e expectativas” (Teles, 2012, p. 263, grifo no original). É nessa dinâmica de debates por atribuição ou recuperação de sentido que se coaduna a instalação sonora *Praça aos nomes sem corpos*, que apresento neste ensaio.



Figura 1
Praça sem Nome reno-
meada Praça aos nomes
sem corpos (Foto: Lucas
Eskinazi)

Tal trabalho aconteceu no âmbito da exposição coletiva *Contar o tempo*, inaugurada em 30 de março e encerrada em 19 de junho de 2022, no Centro Maria Antônia, complexo cultural e acadêmico pertencente à Universidade de São Paulo, que foi palco de um dos confrontos mais marcantes entre setores do movimento estudantil pró e contra a ditadura: a Batalha da Maria Antônia, ocorrida em 2 de outubro de 1968. Com curadoria de Dária Jaremtchuk, a exposição “reuniu trabalhos de arte que apresentam formas e materialidades diversas de percepção e apercepção do tempo”. Articulando uma inter-relação entre as efemérides do bicentenário da “Independência” do Brasil e do centenário da Semana de Arte Moderna com as ressonâncias da memória política inerente ao Maria Antônia e com os ecos da suspensão temporal provocada pela pandemia da covid-19, a curadora partiu da premissa de que:

o tempo não é um fluxo contínuo, homogêneo e mensurável. Tampouco a experiência temporal pode ser considerada única, unidirecional e uniforme, pois as dimensões sociais, políticas, psicológicas e intelectuais interferem no que se compreende como tempo. Além disso, o tempo só pode ser conhecido de modo indireto, pela observação de mudanças e permanências, pelos eventos transformados em passado ou por repetições de diversas ordens (Jaremtchuk, 2022, p. 375).

A partir do convite e do programa delineado pela curadora, concebi *Praça aos nomes sem corpos*, uma instalação sonora composta por cinco bancos em semicírculo, cada um contendo uma caixa de som acoplada, dispostos em torno de uma placa de metal reflexivo colocada no gradil do vão entre os dois prédios do Centro Maria Antônia. O local da instalação é registrado nas plantas e documentações do edifício como Praça sem Nome, título proveniente de uma estratégia para evitar qualquer margem de homenagens descontextualizadas, por parte do poder público, em um espaço integralmente atravessado pelos acontecimentos da ditadura militar.

A placa de metal reflexivo contendo o título do trabalho, portanto, renomeou simbolicamente o espaço no período da exposição, constituindo a instalação como um tributo a desaparecidos políticos. Nos áudios, que ecoavam de cada banco e simultaneamente se mesclavam às camadas sonoras daquele espaço aberto e público, cinco cartas que escrevi e vocalizei em espaços públicos da cidade de

São Paulo conectados completa ou parcialmente aos eventos narrados. Quatro das correspondências espaçotemporais eram endereçadas a desaparecidos políticos: a Dinalva Teixeira, uma das protagonistas da Guerrilha do Araguaia; a Ana Rosa Kucinski Silva, professora de química da USP; às ossadas ainda não identificadas descobertas em 1990 numa vala clandestina no Cemitério de Perus, na grande São Paulo; à lista oficial de desaparecidos políticos brasileiros, cujos nomes transmutei em títulos de ruas, praças e demais partes do espaço urbano. A quinta correspondência se dirige à Batalha da Maria Antônia, acontecimento inerentemente evocado pelo espaço da instalação. Tratava-se, portanto, de um “monumento temporário” que “catalisava fragmentos de histórias pessoais e coletivas que aguardam por reparação, justiça e dignidade, como as ossadas de Perus, que ainda esperam pelo restabelecimento de suas identidades” (Jaremtchuk, 2022, p. 395-396).

Figura 2
Vista da instalação sonora
Praça aos nomes sem
corpos, na lateral, mural
serigráfico da exposição
produzido pela artista Nina
Lins (Foto: Felipe Berndt)



Como uma proposição reflexiva e uma resposta estética à necropolítica ainda mais brutal e presente no Brasil ao término do governo Bolsonaro, com todo o descaso diante de milhares de mortes na pandemia, o processo de criação da instalação sonora foi norteado por algumas perguntas. A primeira pode ser uma reverberação do trabalho “performance de cuerpo ausente”, do artista peruano Emilio Santisteban, que em 2008 imprimiu em vinílica e instalou na escola onde ensinava a seguinte questão: “¿Qué lugar tiene un arte del cuerpo en un país de cuerpos desaparecidos?”.² Ou, em bom português, visto que a frase também poderia ser aplicada em qualquer parede do Brasil: Qual o lugar de uma arte da presença em um país de corpos desaparecidos? Particularmente, acredito que a arte pode ser um instrumento político fundamental para propor, nas relações cotidianas, afirmações pela vida. Ao menos esse tem sido um princípio norteador em muitos de meus trabalhos como *Praça aos nomes sem corpos*: se é necessário falar sobre morte, que seja para afirmar vida.

A vibração desse paradoxo pode fazer coro com a voz da artista Eleonora Fabião (2023, p. 320), quando comenta que “a vitalidade é um estado de nascimento permanente que se fortalece na relação com a morte e com os mortos. A morte faz parte da vida. Quando chega o fim da vida, nascemos para a morte”. Se os mortos em questão são a multidão de desaparecidos políticos, a quem foi renegado o princípio tácito do direito ao luto e com quem irremediavelmente nos relacionamos em meio aos ruídos de apagamento da história, esse ciclo de nascimento constante entre vida e morte e vida se torna nebuloso. Em um país de incontáveis corpos sem nomes, é, portanto, imperativo evocar os mortos em clamor pela vida.

Esse princípio também pode ser fundamentado pelas proposições do ensaísta e pesquisador Pedro Caetano Eboli Nogueira. Ao refletir sobre a teorização que a filósofa Judith Butler orquestra sobre a distribuição desigual do luto que perpassa as sociedades, Nogueira expõe que as camadas de violência fazem, no campo sensível, alguns corpos terem mais afecção e valor que outros, gerando uma “alocação diferencial da precariedade e da condição de ser lamentado” (Butler, apud Nogueira, 2020, p. 87). Ao dissertar como o luto pode ser

² Fonte: Cuerpos desaparecidos, reivindicar, memorar... – Desinformémonos (desinformemonos.org). Acesso em: 6 ago. 2024.

reivindicado esteticamente, Nogueira considera que um trabalho artístico³ pode efetivamente “esgarçar o tecido sensível que prescreve a visibilidade ou invisibilidade a certas mortes” (p. 88). Tal esgarçamento colocado em diálogo por meio de uma ação ou experiência artística pode provocar uma partilha que “constitui os horizontes sensíveis no seio dos quais as respostas afetivas a situações de violência e luto se fazem possíveis. Mas também é fundante dos modos através dos quais a produção de memórias pode se dar no âmbito social” (p. 88).

Nesse sentido, com minha intenção de propor uma partilha sobre enlutamento e produção de memória, uma segunda pergunta norteou a produção de *Praça aos nomes sem corpos*: que sons faz a ausência? O artista e teórico do som Brandon Labelle (2022) considera que o som e a escuta constituem um arcabouço dinâmico que compreende dimensões estéticas, sociais e políticas, pelas quais podemos questionar o sentido das imagens e dos fatos históricos. Ao comentar a potência política do som presente desde os burburinhos das conversas cotidianas até as amplificações de protestos nas ruas, sem deixar de discorrer sobre as ressonâncias da produção artística sonora, Labelle afirma que o som tem uma “força inerentemente relacional” (p. 5).

Nessa dinâmica de relações mediadas e eclodidas de forma sonora, é justamente a propriedade invisível do som que pode distribuir e inspirar modos de governança, isto é, de tomar e ser parte das revisões históricas e das dinâmicas sociais: “com a invisibilidade, isso toma forma por meio da questão do desaparecido”, segundo Labelle (2020, p. 17), e do que ele denomina “ética para além da face” (p. 17). O autor propõe: “a qualidade invisível do som é mobilizada a fim de considerar como a invisibilidade pode ser utilizada para um conjunto de práticas emancipatórias” (p. 17). A partir desse pensamento, podemos considerar que em uma instalação ou peça sonora, a narratividade e a musicalidade empregadas podem expandir a visualidade para determinados fatos, espaços ou questões.

³ Em seu artigo, Nogueira (2020) analisa, à luz das proposições teóricas de Judith Butler, entre outros autores, a performance *Estação Adílio* que realizei em 2016 em vagões de trem da SuperVia, no Rio de Janeiro, em tributo a Adílio Cabral dos Santos, vendedor ambulante que teve o corpo atropelado por três trens em 2015. Esse esfacelamento do direito ao luto cometido contra o corpo de Adílio é um exemplo entre tantos brutais cometidos e noticiados ao longo dos anos no Brasil.

Como um estribilho na relação entre memória, política e som, a invisibilidade é intrínseca à noção de desaparecimento. Labelle (2022, p. 40) compõe que o desaparecimento é:

igualmente uma tragédia de grandes proporções, conduzida por meio de ações que levam certos corpos ao esquecimento. O desaparecimento é uma morte não resolvida, onde o luto é impedido, suspendendo assim a lógica emocional da vida vivida e sofrida por outros em uma questão perene: onde está seu corpo?

Invisibilidade e desaparecimento atuam como par dialogal na execução de *Praça aos nomes sem corpos* em termos formais e de conteúdo. Além do assunto marcadamente político sobre a memória dos desaparecidos, a forma da instalação sonora originava-se no mecanismo que Labelle (2022) apresenta como “acusmática”: um som cuja fonte não vemos. Ao menos esse era o contato inicial entre a instalação e o público, constituído por visitantes da exposição e por passantes da Rua Maria Antônia. Conforme assinalou a curadora da mostra, “desde a rua, podia-se ouvir um burburinho indistinto e sobreposição de vozes que se mesclavam aos ruídos da própria cidade. Com atenção, identificava-se uma caixa de som acoplada a cada banco que transmitia missivas relacionadas à história da ditadura militar brasileira” (Jaremtchuk, 2022, p. 395-396).

Nos bancos da instalação, portanto, os sons eram propagados, simultaneamente, em um breu cacofônico: os ruídos do tráfego de veículos e gente da Rua Maria Antônia sobrepostos aos sons dos locais onde os textos foram gravados, que por sua vez estavam ritmados por minha voz em suas modulações de timbre, hesitações e entonações, ecoando com a vibração do banco no corpo de quem escutava e, por conseguinte, também concentrava ou dissipava o som. Assim, a cacofonia de um timbre só, uma vez que as cinco peças sonoras eram tocadas simultaneamente e em *looping* a partir dos bancos, era permeada e expandida por um largo lastro de ruídos.

Mixando tempo e espaço, *Praça aos nomes sem corpos* tinha o ouvir e o entreouvir (vide a concomitância dos áudios) como matéria primordial, compreendendo que “a escuta pode nos direcionar para o oculto e o incontável, assim como para o sem rosto” (Labelle, 2022, p. 18). Nesse caso, para o sem rosto e para o sem nome, numa vocalização que tenta ecoar diversas outras

vozes ao abraçar a potência de itinerância que talvez seja correlata à propagação de um som: do alto-falante de um protesto à reminiscência de uma conversa, não intentamos captar os sons que vagueiam em nosso entorno? Possivelmente operamos algo semelhante quando nos engajamos no ato de querer recuperar narrativas colocadas à margem, discutindo o que está sendo visto social, histórica e politicamente, e como essas matérias estão sendo propagadas. Ademais, a “invisibilidade do som pode recondicionar o espaço da aparência ao introduzir um elemento fantasmático (de quem é a voz que eu ouço?), ao mesmo tempo que fornece um meio ou um vocabulário de agência que permite que alguém contorne a lógica da captura visual”⁴ (Labelle, 2022, p. 18).



Figura 3
Vista da instalação sonora
Praça aos nomes sem corpos
(Foto: Felipe Berndt)

⁴ Labelle formula essas questões ao comentar os trabalhos do coletivo sonoro militante Ultra-red, formado em 1994 e, desde então, atuante sobretudo na Europa e nos EUA. O coletivo utiliza práticas sonoras para apoiar comunidades em conflito, vide vítimas da Aids no começo dos anos 1990, muitas vezes protegendo as identidades das pessoas em suas peças sonoras a partir da sobreposição de vozes. Outras questões têm norteado o interesse do grupo, como as políticas *queer*, a luta por moradia, o antirracismo e os conflitos migratórios. Mais detalhes podem ser consultados em: Ultra Red Listening Session at Ecarta, Porto Alegre, Brazil 15th May 2017, disponível em: Ultra-red: free download, borrow, and streaming: Internet Archive. Acesso em 11 ago. 2024.

Peças sonoras

Partindo das questões articuladas na seção anterior, apresento a seguir as transcrições dos áudios componentes da instalação, sempre precedidas pelo título da peça sonora, o local em que o texto foi escrito e vocalizado, bem como a duração.

Carta aos corpos sem nomes

Gravada⁵ no Cemitério de Perus.

Duração: 6'31''

Caso você se deite no chão sobre o lado esquerdo do corpo, e deixe sua mão direita mediar o contato da orelha com a terra, conseguirá escutar nitidamente a cadência dos seus batimentos cardíacos. Com um pouco mais de atenção, perceberá que o ritmo faz seu corpo se misturar com outra vibração, que vem do solo. É justamente nessa posição que começo a escrever este texto. Aqui, no entanto, a aceleração das pulsões cardíaca e terrena é uma resposta ao que acabei de presenciar em sonho. Quilômetros e quilômetros de asfaltos brasileiros rachando à luz do dia para que irrompam e emerjam vórtices de corpos, que, sem vida, nos encaram sete palmos acima de nossas testas, pairando num firmamento entre o céu e a terra. Esbaforido, deito-me de costas e, já em vigília, entendo que a imaginação onírica traduziu um de nossos fatos-fardos coletivos. Essa imagem é quem nos guia até aqui, epicentro do Cemitério Municipal Dom Bosco – ou, na linguagem popular, Cemitério de Perus.

Foi nesta necrópole de 254.000m², criada e fundada no início dos anos 1970 como um projeto ditatorial para ocultar nomes e corpos, que na terça-feira, 4 de setembro de 1990, abriu-se uma caixa de Brasil. O desencobrimento da vala clandestina de Perus, um recorte de 35 metros de comprimento por meio metro de largura e pouco mais de 3 metros de profundidade nos 8.516.000km² de área territorial do país, trouxe à tona mais de 1.000 ossadas. Fragmentos de desaparecidos políticos, vitimados pela fome, pessoas desabrigadas, enfermos

⁵ Registro meu agradecimento à amiga e artista Mayara Millane, que me acompanhou nas ruas captando o som das peças sonoras; bem como a meu irmão Edmilson Júnior, pelo apoio durante as gravações e pré-produção da instalação.

sem famílias, enfim, partes de um todo violentado pelo sistema de exceção terrorista do Estado brasileiro, misturadas e reunidas sob a condição de indigentes. Se num sentido imediato indigência é par sinonímico de pobreza extrema, nas entrelinhas se salienta a truculência do adjetivo: do corpo sem vida, arranca-se também o nome. Aniquilamento ao quadrado, pois se os nomes perimetram os espaços com suas placas, estátuas e emblemas, os corpos são contornados e circunscritos por nomes. Sabendo que, igualmente, os mortos não falam, os mortos não falham, perguntamos quase sem pudores:

- O que podem 1.000 ossadas com os corpos e os nomes extraviados?
- Elas podem desvelar o Brasil.

A abertura desse buraco clandestino na terra, há alguns metros de tempo de onde, deitados com a história, conversamos, foi um momento de ordem fundacional: reescrita, percepção e apercepção do tempo; consciência bruta de que, aqui, já nascemos pisando em muitos corpos; de arruinamento do negacionismo que endereçava às combatentes e aos combatentes do regime o não reconhecimento de seu desaparecimento político.

Em mais de 30 anos de desencobrimento, em meio à luta das comissões de familiares, ameaças anônimas, investimentos escassos, burocracias deliberadas, ossos esfarelados, traslados e acondicionamentos precarizados, apenas uma palma de corpos restituídos de seus nomes. Nessa terra, afinal, o desaparecimento imposto é uma constância. Em um desses episódios de comprometimento escasso, uma inundação de lama soterrou as ossadas num anfiteatro do subsolo de uma Universidade. Enquanto familiares removiam a sujeira, uma funcionária da equipe de limpeza decifrou o tempo:

- Pessoal, pelo amor dos céus! Vocês precisam enterrar logo esse povo. Não entendem que eles estão puxando a terra para perto deles?

Enquanto vemos a lama rebobinar para remexer a terra e revolver o futuro, falhamos em não falar aos corpos sem nomes quando nos comprometermos de corpo inteiro para garantir seu direito à vida, à justiça, à verdade, ao descanso e à história. Todas as noites, enquanto horizontalizamos o corpo e cerramos as pálpebras, silenciosamente, no recôndito de algum punhado de Brasil, alguma parte da terra se esfarela, fazendo ceder, milímetro por milímetro, a distância entre nossos nomes e esses corpos. Esses corpos, mais tempo, menos tempo, seguirão aparecendo, refazendo modos de aparição. Talvez precisemos, agora,

nos deitar de bruços, encarar a terra rente os olhos para tentar nomear os corpos por trás dos ossos e perimetrar os nomes por trás dos corpos nesta vala inconclusiva chamada de país.

Carta ao Agora

Gravada na Praça sem Nome, Centro Maria Antônia.

Duração: 5'20''

Neste assento, enquanto você generosamente curva seu pescoço em direção ao chão para ouvir os textos... Nesta página, enquanto você generosamente mistura sua voz a minha para conferir sentido e cadência a estas palavras, eu queria que soubesse que, em meio às buzinas, aos murmúrios das portas e dos passos, e também diante dos vultos de veículos, estabelecimentos, sacadas e pessoas replicadas ao retrovisor que se impõe a nossa frente, é possível fechar os olhos, respirar profundamente e caminhar – sem sair daqui – até 1968. Daqui, notamos que o balançar das árvores e as linhas desses prédios ecoam o burburinho do movimento estudantil, que se reúne para articular, desde o ponto em que estamos, a luta contra a opressão e as etapas preparatórias para a alfabetização de adultos, via as palavras de Paulo Freire. Se ainda mantivermos os ouvidos atentos ao chão, epiderme onde se mantêm cravadas e gravadas as nossas matérias históricas, chegamos até uma quinta-feira, 3 de outubro de 1968.

Se você ajustar bem a coluna e virar o rosto à esquerda, prontamente visualizará o prédio em chamas. Por toda nossa visão periférica, no entorno dos ombros, no contorno da nuca, vemos duas multidões diferentes, duas multidões de diferentes em confronto. Reagimos com calafrios e espasmos ao barulho latente das balas, tiros e foguetes que são lançados desde o lado oposto desta rua. Perscrutamos as pedras que voam por cima de nossas cabeças, fisgamos com os tímpanos os *sprays* de tinta inscrevendo violentamente nas paredes a morte dos que estão deste lado da rua, bem como os respingos de ácido a queimar as peles de nossos combatentes. Envolto por gritos, destroços, névoas e fogaréus, e atravessados pelos relinchos dos cavalos e dos coturnos, giramos nosso tronco em 180 graus e presenciamos o coro de estudantes que ergue o corpo morto do companheiro José Carlos Guimarães, cujo nome pode intitular a rua onde nos encontramos, lendo este texto, a partir de agora, se quisermos.

Nesse gesto de restituir a dramaturgia desta rua, é como se a partir de suas esquinas opostas um efeito sépia avançasse pelo asfalto, desencobrendo os prédios e projetando as cores, timbres e destroços que compõem a nossa Batalha.

Tomando essa Praça sem Nome como espaço de convivência com o tempo, nos tornamos remetentes de uma carta que se endereça àquilo que nos constitui em um comum histórico: o agora. Em um país que assume como hábito dar as costas ao tempo em vez de o espiar pelo retrovisor, mesmo os espaços imantados de história, como essa rua, precisam ser rememorados e conversados constantemente para que fatos e dados não sucumbam à lógica que subjaz certos nomes e subjuga corpos determinados.

Renomeado como Praça aos nomes sem corpos, esse reduto aberto de onde nossas vozes, em encontro, driblam a passagem do tempo, talvez nos desvele o fato dado de que a história nunca se apresenta de frente. Em meio às perguntas disparadas a partir de um espelho, ousamos dizer, em coro, que

a palavra agora é dissilenciar o tempo.

a palavra agora é desocultar o tempo.

a palavra agora é desvelar o tempo.

a palavra agora é desmilitar o tempo.

a palavra agora é depor o tempo.

a palavra agora é desarquivar o tempo.

a palavra agora é desvioliar o tempo.

Ao assumir em conjunto que a palavra agora é radiografar o espaço, aqui não estamos somente contando o tempo transcorrido, mas testemunhando o tempo perpassado. Mais do que uma reconstituição dos fatos, fazemos e somos praça para agir, neste agora, uma restituição. Restituir: jogar uma lança de volta para o futuro, que é passado.

Carta a Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, Dina, Marabá

Gravada na Rodoviária do Tietê.

Duração: 9'20''

Prezada Dina,

Que não soe estranha a intimidade, afinal, seu apelido se transmutou em termo histórico e público. Tudo que está nessa *Praça aos nomes sem corpos* tem

início com sua aparição. Por volta das cinco da manhã em um dia útil de julho, uma fresta nada apaziguadora de sol cruzou a janela até meu rosto, no instante em que, no sonho, uma face feminina aparecia e desaparecia como se envolta num caleidoscópio de fumaça. Na impossibilidade de enxergar o corpo, ouvi com nitidez um nome que parecia título: Dina Marabá. Negociando com as terminações nervosas das pálpebras, com o corpo ainda na horizontal, repeti algumas vezes, chegando a falar em voz alta, as palavras que retumbavam como o anúncio de uma cantora: Diná Marabá! Ao consultar os dados de pesquisa – a fim de não perder o recado no passar das horas – pulei da cama em um misto de susto e fascinação: Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, Dina, uma das protagonistas da Guerrilha do Araguaia, desaparecida política, atuante na região de Marabá, estado do Pará, onde pode estar sua ossada, segundo uma das tantas versões sobre sua morte, tão lendária quanto sua vida.

Imediatamente despertado, lendo tudo que encontrava a seu respeito, mirando as poucas fotografias disponíveis na tentativa de gravar seu rosto, cheguei mesmo a me culpar: como seria possível ainda não conhecer a mais temida e notável guerrilheira pela democracia brasileira? Aquela que, sendo a melhor atiradora e conhecedora das matas, foi o nome que mobilizou todo o contingente das forças armadas ditatoriais e até reuniões com os ditadores em pessoa para que se definissem estratégias de captura, tortura e execução? Como seria aceitável em quase três décadas de vida não ter escutado ou lido uma nota sequer sobre a mulher que conseguiu o feito de ser lembrada tanto por companheiros de luta quanto pelos que pensam ocupar o lugar de vencedores com o mesmo termo: lendária?! Lenda viva, mesmo morta, a última guerrilheira a ter o corpo tombado pelo regime, enaltecida também pelos camponeses e ribeirinhos, que relatam os serviços que a geóloga de formação e atuação prestava àquelas comunidades como professora e parteira, cruzando igarapés sozinha, a qualquer hora do dia ou da noite, para facilitar a vida? O terror dos covardes obedientes de farda, que sumia feito fumaça ou borboleta depois de tombar fileiras de soldados para proteger seu destacamento, praticar a guerrilha, refazer o país?

Lendo e relendo sobre sua trajetória, Dina, chega a embaçar a vista o título “vice-comandante” atribuído a você. Até hoje, do tempo de onde falo e te escrevo, mesmo nos meios e grupos mais revolucionários, ainda é raro

o fato de um destacamento ser comandado por uma mulher. Nitidamente, porém, a história conta que você alterou as regras do jogo: até seu companheiro era chamado de Antônio de Dina, inversão da submissão linguística reservada às mulheres, quase sempre enunciadas como sujeitos preposicionados das figuras masculinas. Menciono isso olhando uma foto que retrata você e Antônio juntos. Sentados no meio do mato, com trajés de geólogos, certamente numa pausa após estudar as matérias e mecanismos de composição da terra, prontos para avançar o destacamento da guerrilha. Das imagens que vi, aliás, essa é a única em que seu sorriso se abre por completo, revelando os dentes. Antônio, mais tímido ou mais sério, não sorri, mas vocês dois miram as lentes com altivez, talvez a mesma com que se apaixonaram na turma de geologia da Universidade Federal da Bahia, que atuaram no movimento estudantil, que trabalharam como funcionários públicos no Rio de Janeiro, que se filiaram ao PC do B e, depois, se moveram ao Araguaia, transformando seu projeto de vida pessoal em luta coletiva pela liberdade deste país.

Por falar em fotografias, Dina, há um assombro que não posso te esconder quando me recordo dos retratos das combatentes e dos combatentes assassinadas e assassinados. A maioria absoluta dos cadáveres está de olhos bem abertos, como se seguissem encarando os algozes por trás dos fuzis e o desdém de quem, ainda hoje, se coloca de costas para a História. Sabe, Dina, essas fotos fazem com que a gente comprima os lábios para dentro da boca, afundando o olhar. Eis aí algo que você nunca fez. O que contam os relatos é que, mesmo desnutrida e em estágio avançado de gravidez, acometida pela tortura geológica que os militares faziam ao aniquilar todas as plantações e árvores frutíferas, você resistiu a todo o flagelo físico, não entregando absolutamente nada nem ninguém. Seu próprio executor afirmou que antes de ter o peito estourado a bala, você afirmou: “Eu quero morrer de frente”. Encarando-o firmemente, os teus olhos, Dinalva, “transmitiam orgulho em vez de medo”. E essa é a última imagem de que se tem notícia sobre seu corpo, até hoje não localizado.

Não é, contudo, para seu corpo morto que escrevo e leio esta carta no vaivém da Rodoviária do Tietê, em São Paulo, nos primeiros dias de 2022. Aqui, elaboro uma linha entre nossos imaginários para tentar restituir seu corpo vivo à Rodovia Transbrasiliana, em Marabá, onde supostamente você, já sozinha e muito abatida pela ausência de alimentos, tenta comprar uma passagem antes

de ser emboscada, torturada e fuzilada. Você, aí, em 1974, tem apenas 29 anos; eu, aqui, em 2022, fiquei um ano mais velho que você. Apesar dos quase 48 anos que separam nossas cenas, estamos distanciados 2.344km ou 477 horas de caminhada. O trajeto entre nossas localizações diagrama uma linha tortuosa, mas reta, no mapa do Brasil. Olhando para cima, tentando te enxergar em meio à multidão que cruza o país, balbucio, na tentativa de que sinta, já que não poderá saber, que você e a maioria dos guerrilheiros do Araguaia só serão reconhecidos mortos em 1995, com a Lei dos Desaparecidos.

Embora os locais das mortes e de ocultação dos corpos continuem ignorados em 2022, esse reconhecimento, entre tantos outros, será fruto das caravanas e bravuras das Comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos que teus companheiros sobreviventes formarão para recuperar a história. Em 2003, no mesmo Rio de Janeiro onde você trabalhou, ganharás a Medalha Chico Mendes de Resistência. E mesmo que nunca encontremos seu corpo para destinar fisicamente a honraria, seu nome, Dina, segue firme como memória imperecível, intitulado, Brasil adentro, logradouros, centros acadêmicos e estudantis, grupos de pesquisas, movimentos feministas e libertários... Enfim, seu nome, na rua, segue como a boa arma que ressoa movências, disparando os passos de quem, nessa praça, no meio de uma rodoviária ou nas linhas que compõem esta página, porventura pare e escute uma fração da tua, da nossa história.

A partir de você, Dina, constituímos em conversa pública essa praça, que é apenas um gesto mínimo de tributo e restituição para proteger, destacar e refazer nosso direito-dever de seguir contando a história.

Carta a Ana Rosa Kucinski Silva

Gravada em vagões de trem e no Instituto de Química da Universidade de São Paulo.

Duração: 11'09''

Professora Ana Rosa Kucinski Silva,

Eu me encontro em uma plataforma de espera para seguir em direção à USP, mais precisamente ao Instituto de Química. Enquanto aguardo transportador que vai fazer agir minha carta endereçada a você, fico com algumas perguntas rondando o pensamento. Enquanto o vento uiva, as pessoas conversam

sobre o dia de amanhã, alguém me olha de maneira firme quase emitindo uma palavra, a questão que me salta à vista e aos tímpanos é: que som tem uma ausência?

Eu escrevo e leio esta carta em movimento, nesta espera, como um estudante da USP. Em minha mão, uma foto sua, entre tantas que pesquisei. A que, no entanto, escolhi como guia retrata você e mais três colegas, acho que também professores da USP, em um momento de pura descontração em um laboratório. Atrás de vocês tem uma prateleira com garrafas de vidro, talvez com substâncias, experimentos... É quase possível ler uma das tarjetas, mas, mais possível ainda é ouvir a piada que um de vocês falava e provocava o riso generalizado. Você tem uma espécie de copo americano na mão, um colar grande que chega quase à altura do umbigo, mas o que sobressalta é o som do seu sorriso. Eu olho bem para o seu rosto nessa foto e ele contrasta de imediato com a última informação que se tem sobre sua feição. O que colegas, alunos e conhecidos reportaram dias, meses, anos depois de seu desaparecimento, ou da ocultação de sua presença é uma face angustiada, como se estivesse num limítrofe, consciente do risco iminente de ser subtraída do espaço público.

[Esta carta] é quase como uma necessidade de assumir uma responsabilidade, quero dizer, o dever de me juntar à resposta responsável sobre a sua ausência no tempo. Ler sobre você me encaminhou a estudar um pouco sobre processos químicos. Não por acaso, o que tem me chamado mais atenção é perceber os termos que descrevem a decomposição de um corpo. Primeiro, ocorre uma coloração: um corpo, morto, se esverdeia. Gases e toxinas agem para que, depois, enegrecido, cumprindo uma passagem, haja uma simbiose com a terra. Daí, vem uma fase gasosa: ácidos e gases geram o odor que repele, que afasta, que talvez garanta aos mortos uma paz, que é a distância dos vivos; bem como [ocorre] um agigantamento das partes, já sem vida. Por fim, o que ocorre é uma dissolução ou derretimento, que se endereça, enfim, à esqueletização. Como será possível descrever a decomposição de um corpo que não aparece? Fico me perguntando se essas fases servem para pensarmos também sobre a desintegração de nossa memória?!

Também eu, ansioso por chegar no *campus* universitário e me deparar com o monumento em reparação a sua história, fico me perguntando como, ao se negligenciar tanto uma memória, um espaço também não se decompõe?

Afinal, o que ainda faz manter de pé as paredes de uma universidade que demitiu por justa causa uma funcionária que foi sequestrada, torturada e morta pelo Estado brasileiro? Certamente é a reverberação da luta de corpos como você. E por falar em luta, professora Ana, eu preciso dizer que, aqui, eu também te escrevo como um professor, um professor de ensino médio. Sabe que outro dia eu falei de você para um grupo de estudantes? Numa roda, eu li um trecho de *K.*, a obra que seu irmão, Bernardo Kucinski (2014), rememorando você e a luta do vosso pai para romper o lapso criminoso deste país, inscreveu no tempo. Nesse livro, entre tantas coisas inefáveis, ele enuncia que “tudo isso é uma ficção, mas também aconteceu”. Esta carta é uma ficção, Ana, mas ela também acontece. Acontece enquanto nosso país segue se acometendo como um território fratricida: o cinismo do territorialismo de Estado segue como ocultação dos corpos no tempo.

São sucessivas as mortes, mas um nome, o teu nome, não sucumbe. Teve uma vez que eu fiquei por horas emudecido após assistir a uma fala recente de seu irmão – recente deste tempo, de onde te falo e te escrevo – comentando o mal profundo que é a espera. Eu não consigo nem mensurar como pais, irmãos, companheiros, irmãs, filhas, mães, vizinhas, estudantes, orientandas, amigas de desaparecidas e desaparecidos transcorrem o tempo. Ao escutar seu irmão, aprendi que há muito movimento no ato de esperar. Espera por respostas, por reparações, por encaminhamentos, por soluções, ou mesmo por fragmentos do corpo. É pelo rito de passagem que se espera – mas um dos movimentos da espera, sem dúvida, é a luta. É impossível falar em luta sem rememorar você e o corpo que, facilmente, inspira a tua luta, o teu pai, que se torna um símbolo da luta de familiares contra a desapareção contínua e constante dos corpos. É pela luta de gente como ele, como você, como seu irmão, como tantas e tantos combatentes que o processo por desligamento por abandono de cargo foi anulado, tardiamente pela USP, mas anulado. Os documentos, todavia, trazem ainda um ranço jurídico, quase como se quisesse explicar o crime acometido, a morte duplicada. Eu queria te falar o contrário, Ana, mas deste aqui, de onde te falo, eu percebo uma burocracia ainda semelhante, uma burocracia que atenta contra a vida; talvez isso “explique” que, no meio de uma pandemia que assassina milhares, programas de pós-graduação (da USP) obriguem aprovadas e aprovados de outros estados do país a se dirigir a São Paulo para apenas assinar um documento de matrícula.

Chegando aqui, no Instituto de Química da USP, professora Ana, observo minuciosamente a escultura que foi erguida, instaurada e instalada em homenagem a sua existência. Lendo-a, me faço outras perguntas: como mensurar o fluxo de um corpo no período de desaparecimento? Como calcular o peso de um tempo que tenta transmutar um corpo em matéria desapercibida? Da placa, leio a informação de que foi inaugurada num dia 22 de abril. Às vezes é impossível andar pelas ruas da República, no Centro de São Paulo, sem pensar que foi por aqui, num dia 22 de abril, em 1974, que talvez você e Wilson Silva, seu companheiro, fossem se encontrar caso não tivessem sido sequestrados pelas forças terroristas do Estado. Eu escrevi essa frase e só depois percebi que coloquei o acento agudo de república no “e”: ré pública, *zoom out* na história. Andamos para trás a cada vez que ignoramos, também sumariamente, a multidão de corpos com que temos uma dívida a selar, para que possamos, um dia, de fato, andar para frente. Afirmo isso para lançar uma pergunta final: que lugar tem um nome de corpo vivo em um país de incontáveis nomes sem corpos?

Figura 4

Praça aos nomes sem corpos ocupada na noite de abertura da exposição Contar o tempo; ao centro, apresento uma leitura de texto como performance (Foto: Felipe Berndt)



Chamamento⁶

Gravado nas ruas do centro comercial de São Paulo (Brás e 25 de março)

Duração: 27'47''

Rua Abelardo Rausch Alcântara. Praça Abílio Clemente Filho. Alameda Aduino Freire da Cruz. Avenida Aderval Alves Coqueiro. Cruzamento Adriano Fonseca Filho. Elevado Afonso Henrique Martins Saldanha. Viaduto Aides Dias de Carvalho. Estrada Albertino José de Oliveira. Passarela Alberto Aleixo. Parque Alice Maria Gomes da Silva. Estação Aldo de Sá Brito Souza Neto. Ponte Alex de Paula Xavier Pereira. Bosque Alexander José Ibsen Voerões. Entroncamento Alexandre Vannucchi Leme. Escadaria Alfeu de Alcântara Monteiro. Ladeira Almir Custódio de Lima. Parada Aluísio Palhano Pedreira Ferreira. Passagem Alvino Ferreira Felipe. Rodovia Amaro Félix Pereira. Linha Amaro Luiz de Carvalho. Túnel Ana Maria Nacinovic Corrêa. Ciclovia Ana Rosa Kucinski Silva. Terminal Anatólia de Souza Melo Alves. Rodoviária André Grabois. Travessa Ângelo Arroyo. Largo Ângelo Cardoso Silva. Córrego Ângelo Pezzuti da Silva. Esquina Antogildo Pascoal Viana. Rua Antônio Alfredo de Lima. Praça Antônio Araújo Veloso. Alameda Antônio Bem Cardoso. Avenida Antônio Benetazzo. Cruzamento Antônio Carlos Bicalho Lana. Elevado Antônio Carlos Monteiro Teixeira. Viaduto Antônio Carlos Nogueira Cabral. Estrada Antônio Carlos Silveira Alves. Passarela Antônio de Pádua Costa. Parque Antônio dos Três Reis de Oliveira. Estação Antônio Ferreira Pinto. Ponte Antônio Guilherme Ribeiro Ribas. Bosque Antônio Henrique Pereira Neto. Fonte Antônio Joaquim de Souza Machado. Escadaria Antônio José dos Reis. Ladeira Antônio Luciano Pregoni. Parada Antônio Marcos Pinto de Oliveira. Passagem Antonio Raymundo Lucena. Rodovia Antônio Sérgio de Mattos. Linha

⁶ Neste áudio, atribuí logradouros a todas as centenas de nomes da lista oficial de desaparecidos políticos integrante da publicação Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos do Brasil (1964-1985), organizada por Criméia Alice Schmidt de Almeida (2009), militante e ex-guerrilheira no Araguaia, sobrevivente do terrorismo de Estado brasileiro e ávida atuante nas Comissões de Mortos e Desaparecidos e na luta por memória, verdade e justiça. Registro meu agradecimento a Criméia, por ter generosamente me recebido no processo de formulação de “Praça aos nomes sem corpos”, ocasião em que me concedeu entrevista, apresentou arquivos e me presenteou com um exemplar do livro mencionado. Ressalto que na publicação não constam os nomes dos milhares de indígenas e camponeses mortos pelo regime militar, cujos assassinatos foram subnotificados. Para mais informações sobre essa questão, pode-se consultar: Mortes de camponeses e indígenas durante a ditadura foram subnotificadas | Política (brasilefato.com.br) Acesso em 8 ago. 2024.

Antonio Teodoro de Castro. Túnel Ari da Rocha Miranda. Ciclofaixa Ari Lopes Macedo. Terminal Arildo Valadão. Rodoviária Armando Teixeira Frutuoso. Travessa Arnaldo Cardoso Rocha. Largo Arno Preis. Córrego Ary Abreu Lima da Rosa. Esquina Ary Cabrera Prates. Rua Augusto Soares da Cunha. Praça Áurea Eliza Pereira Valadão. Alameda Aurora Maria Nascimento Furtado. Avenida Avelmar Moreira de Barros. Cruzamento Aylton Adalberto Mortati. Elevado Batista. Viaduto Benedito Gonçalves. Estrada Benedito Pereira Serra. Passarela Bergson Gurjão Farias. Parque Bernardino Saraiva. Estação Boanerges de Souza Massa. Ponte Caiupy Alves de Castro. Bosque Carlos Alberto Soares de Freitas. Alameda Carlos Antunes da Silva. Escadaria Carlos Eduardo Pires Fleury. Ladeira Carlos Lamarca. Parada Carlos Marighella. Passagem Carlos Nicolau Danielli. Rodovia Carlos Roberto Zanirato. Linha Carlos Schirmer. Túnel Carmem Jacomini. Ciclovía Cassimiro Luiz de Freitas. Terminal Catarina Helena Abi-Eçab. Rodoviária Célio Augusto Guedes. Travessa Celso Gilberto de Oliveira. Largo Chael Charles Schreier. Córrego Cilon da Cunha Brum. Esquina Ciro Flávio Salazar Oliveira. Rua Cloves Dias Amorim. Praça Custódio Saraiva Neto. Alameda Daniel José de Carvalho. Avenida Daniel Ribeiro Callado. Cruzamento Darcy José dos Santos Mariante. Elevado Davi Eduardo Chab Tarab Baabour. Viaduto David Capistrano da Costa. Estrada David de Souza Meira. Passarela Dênis Casemiro. Parque Dermeval da Silva Pereira. Estação Devanir José de Carvalho. Ponte Dilermano Mello do Nascimento. Bosque Dimas Antônio Casemiro. Porto Dinaelza Soares Santana Coqueiro. Escadaria Dinalva Oliveira Teixeira. Ladeira Divino Ferreira de Souza. Parada Divo Fernandes D'Oliveira. Passagem Djalma Maranhão. Rodovia Dorival Ferreira. Linha Durvalino Porfírio de Souza. Túnel Edgar Aquino Duarte. Ciclovía Edmur Péricles Camargo. Terminal Edson Luiz Lima Souto. Rodoviária Edson Neves Quaresma. Travessa Edu Barreto Leite. Largo Eduardo Antônio da Fonseca. Córrego Eduardo Collen Leite. Esquina Eduardo Collier Filho. Rua Eduardo Gonzalo Escabosa. Praça Eiraldo Palha Freire. Alameda Eliane Martins. Avenida Elmo Corrêa. Cruzamento Elson Costa. Elevado Evaristo Alves da Silva. Viaduto Emmanuel Bezerra dos Santos. Estrada Enrique Ernesto Ruggia. Passarela Epaminondas Gomes de Oliveira. Parque Eremias Delizoicov. Estação Esmeraldina Carvalho Cunha. Ponte Eudaldo Gomes da Silva. Bosque Evaldo Luiz Ferreira de Souza. Porto Ezequias Bezerra da Rocha. Escadaria Feliciano Eugênio Neto. Ladeira Félix Escobar. Parada Fernando Augusto da Fonseca. Passagem Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Rodovia Fernando Borges

de Paula Ferreira. Linha Fernando da Silva Lembo. Túnel Flávio Carvalho Molina. Ciclovia Francisco das Chagas Pereira. Terminal Francisco Emanuel Penteadó. Rodoviária Francisco José de Oliveira. Travessa Francisco Manoel Chaves. Largo Francisco Seiko Okama. Córrego Francisco Tenório Júnior. Esquina Frederico Eduardo Mayr. Rua Gastone Lúcia Carvalho Beltrão. Praça Gelson Reicher. Alameda Geraldo Bernardo da Silva. Avenida Geraldo da Rocha Gualberto. Cruzamento Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa. Elevado Gerosina Silva Pereira. Viaduto Gerson Theodoro de Oliveira. Estrada Getúlio de Oliveira Cabral. Passarela Gilberto Olímpio Maia. Parque Gildo Macedo Lacerda. Estação Gilson Miranda. Ponte Grenaldo de Jesus da Silva. Bosque Guido Leão. Cais Guilherme Gomes Lund. Escadaria Gustavo Buarque Schiller. Ladeira Hamilton Fernando da Cunha. Parada Hamilton Pereira Damasceno. Passagem Helber José Gomes Goulart. Rodovia Hécio Pereira Fortes. Linha Helenira Rezende de Souza Nazareth. Túnel Heleny Telles Ferreira Guariba. Ciclovia Hélio Luiz Navarro de Magalhães. Terminal Henrique Cintra Ferreira de Ornellas. Rodoviária Higino João Pio. Travessa Hiram de Lima Pereira. Largo Hiroaki Torigoe. Córrego Honestino Monteiro Guimarães. Esquina Horácio Domingos Campiglia. Rua Iara Iavelberg. Praça Idalísio Soares Aranha Filho. Alameda Ieda Santos Delgado. Avenida Íris Amaral. Cruzamento Ishiro Nagami. Elevado Ísis Dias de Oliveira. Viaduto Ismael Silva de Jesus. Estrada Israel Tavares Roque. Passarela Issami Nakamura Okano. Parque Itair José Veloso. Estação Iuri Xavier Pereira. Ponte Ivan Mota Dias. Bosque Ivan Rocha Aguiar. Largo Jaime Petit da Silva. Escadaria James Alen Luz. Ladeira Jana Moroni Barroso. Parada Jane Vanini. Passagem Jarbas Pereira Marques. Rodovia Jayme Amorim Miranda. Linha Jean Henri Raya Ribard. Túnel Jeová Assis Gomes. Ciclovia João Alfredo Dias. Terminal João Antônio Santos Abi-Eçab. Rodoviária João Baptista Drumond. Travessa João Barcellos Martins. Largo João Batista Rita. Córrego João Belchior Marques Goulart. Esquina João Bosco Penido Burnier. Rua João Carlos Cavalcanti Reis. Praça João Carlos Haas Sobrinho. Alameda João de Carvalho Barros. Avenida João Domingues da Silva. Cruzamento João Gualberto Calatrone. Elevado João Leonardo da Silva Rocha. Viaduto João Lucas Alves. Estrada João Massena Melo. Passarela João Mendes Araújo. Parque João Pedro Teixeira. Estação João Roberto Borges de Souza. Ponte Joaquim Alencar de Seixas. Bosque Joaquim Câmara Ferreira. Largo Joaquim Pires Cerveira. Escadaria Joaquinzão. Ladeira Joel José de Carvalho. Parada Joel Vasconcelos Santos. Passagem Joelson

Crispim. Rodovia Jonas José Albuquerque Barros. Linha Jorge Alberto Basso. Túnel Jorge Aprígio de Paula. Ciclovia Jorge Leal Gonçalves Pereira. Terminal Jorge Oscar Adur. Rodoviária José Bartolomeu Rodrigues de Souza. Travessa José Campos Barreto. Largo José Carlos da Costa. Córrego José Carlos Novaes da Mata Machado. Esquina José Dalmo Guimarães Lins. Rua José de Lima Piauhy Dourado. Praça José de Oliveira. Alameda José de Souza. Avenida José Ferreira de Almeida. Cruzamento José Gomes Teixeira. Elevado José Guimarães. Viaduto José Huberto Bronca. Estrada José Idésio Brianezi. Passarela José Inocêncio Barreto. Parque José Isabel do Nascimento. Estação José Júlio de Araújo. Ponte José Lavecchia. Bosque José Manoel da Silva. Entroncamento José Maria Ferreira Araújo. Escadaria José Maurílio Patrício. Ladeira José Maximino de Andrade Netto. Parada José Mendes de Sá Oriz. Passagem José Milton Barbosa. Rodovia José Montenegro de Lima. Linha José Nobre Parente. Túnel José Porfírio de Souza. Ciclovia José Raimundo da Costa. Terminal José Roberto Arantes de Almeida. Rodoviária José Roberto Spiegner. Travessa José Roman. Largo José Sabino. Córrego José Silton Pinheiro. Esquina José Soares dos Santos. Rua José Toledo de Oliveira. Praça José Wilson Lessa Sabbag. Alameda Juan Antônio Carrasco Forrastal. Avenida Juarez Guimarães de Brito. Cruzamento Juarez Rodrigues Coelho. Elevado Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte. Viaduto Kleber Lemos da Silva. Estrada Labibe Elias Abduch. Passarela Lauriberto José Reyes. Parque Leopoldo Chiapetti. Estação Líbero Giancarlo. Ponte Lígia Maria Salgado Nóbrega. Bosque Liliana Ines Goldenberg. Jardim Lincoln Bicalho Roque. Escadaria Lincoln Cordeiro Oest. Ladeira Lorenzo Ismael Viñas. Parada Lourdes Maria Wanderley Pontes. Passagem Lourenço Camelo de Mesquita. Rodovia Lourival de Moura Paulino. Linha Lúcia Maria de Souza. Túnel Lucimar Brandão Guimarães. Ciclovia Lucindo Costa. Terminal Lúcio Petit da Silva. Rodoviária Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides. Travessa Luís Paulo da Cruz Nunes. Largo Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues. Córrego Luiz Almeida Araújo. Esquina Luiz Antônio Santa Bárbara. Rua Luiz Carlos Almeida. Praça Luiz Carlos Augusto. Alameda Luiz Eduardo da Rocha Merlino. Avenida Luiz Eurico Tejera Lisboa. Cruzamento Luiz Fogaça Balboni. Elevado Luiz Ghilardini. Viaduto Luiz Gonzaga dos Santos. Estrada Luiz Hirata. Passarela Luiz Ignácio Maranhão Filho. Parque Luiz José da Cunha. Estação Luiz Renato do Lago Faria. Ponte Luiz Renato Pires de Almeida. Bosque Luiz René Silveira e Silva. Porto Luiz Vieira. Escadaria Luíza Augusta Garlippe. Ladeira Lyda Monteiro da Silva. Parada Manoel Aleixo da

Silva. Passagem Manoel Custódio Martins. Rodovia Manoel Fiel Filho. Linha Manoel José Nurchis. Túnel Manoel Lisboa de Moura. Ciclovia Manoel Raimundo Soares. Terminal Manoel Rodrigues Ferreira. Rodoviária Manuel Alves de Oliveira. Travessa Manuel José Nunes Mendes de Abreu. Largo Márcio Beck Machado. Córrego Marco Antônio Braz de Carvalho. Esquina Marco Antônio Dias Baptista. Rua Marcos Antônio da Silva Lima. Praça Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães. Alameda Marcos José de Lima. Avenida Marcos Nonato da Fonseca. Cruzamento Margarida Maria Alves. Elevado Maria Ângela Ribeiro. Viaduto Maria Augusta Thomaz. Estrada Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Passarela Maria Célia Corrêa. Parque Maria Lúcia Petit da Silva. Estação Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo. Ponte Maria Regina Marcondes Pinto. Bosque Mariano Joaquim da Silva. Fonte Marilena Villas Boas Pinto. Escadaria Mário Alves de Souza Vieira. Ladeira Mário de Souza Prata. Parada Massafumi Yoshinaga. Passagem Maurício Grabois. Rodovia Maurício Guilherme da Silveira. Linha Merival Araújo. Túnel Miguel Pereira dos Santos. Ciclovia Miguel Sabat Nuet. Terminal Milton Soares de Castro. Rodoviária Míriam Lopes Verbena. Travessa Mônica Suzana Pinus de Binstock. Largo Napoleão Felipe Biscaldi. Córrego Nativo Natividade de Oliveira. Esquina Neide Alves dos Santos. Rua Nelson de Souza Kohl. Praça Nelson José de Almeida. Alameda Nelson Lima Piauhy Dourado. Avenida Nestor Vera. Cruzamento Newton Eduardo de Oliveira. Elevado Nilda Carvalho Cunha. Viaduto Nilton Rosa da Silva. Estrada Norberto Armando Habegger. Passarela Norberto Nehring. Parque Odijas Carvalho de Souza. Estação Olavo Hansen. Ponte Onofre Ilha Dornelles. Bosque Onofre Pinto. Via Orlando Bomfim Júnior. Escadaria Orlando Momento. Ladeira Ornalino Cândido da Silva. Parada Orocílio Martins Gonçalves. Passagem Osvaldo Orlando da Costa. Rodovia Otávio Soares Ferreira da Cunha. Linha Otoniel Campos Barreto. Túnel Paschoal Souza Lima. Ciclovia Pauline Reichstul. Terminal Paulo César Botelho Massa. Rodoviária Paulo Costa Ribeiro Bastos. Travessa Paulo de Tarso Celestino da Silva. Largo Paulo Guerra Tavares. Córrego Paulo Mendes Rodrigues. Esquina Paulo Roberto Pereira Marques. Rua Paulo Stuart Wrigth. Praça Paulo Torres Gonçalves. Alameda Pedro Alexandrino de Oliveira Filho. Avenida Pedro Carretel. Cruzamento Pedro Domiense de Oliveira. Elevado Pedro Inácio de Araújo. Viaduto Pedro Jerônimo de Souza. Estrada Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar. Passarela Péricles Gusmão Régis. Parque Raimundo Eduardo da Silva. Estação Raimundo Ferreira Lima. Ponte Raimundo Gonçalves Figueiredo. Bosque Raimundo Nonato Paz.

Beco Ramires Maranhão do Valle. Escadaria Ranússia Alves Rodrigues. Ladeira Raul Amaro Nin Ferreira. Parada Reinaldo Silveira Pimenta. Passagem Roberto Adolfo Val Cazorla. Rodovia Roberto Cietto. Linha Roberto Macarini. Túnel Roberto Rascado Rodríguez. Ciclovía Rodolfo de Carvalho Troiano. Terminal Ronaldo Mouth Queiroz. Rodoviária Rosalindo Souza. Travessa Rubens Beirodt Paiva. Largo Rui Osvaldo Aguiar. Córrego Ruy Carlos Vieira Bebert. Esquina Ruy Frazão Soares. Rua Sabino Alves da Silva. Praça Santo Dias da Silva. Alameda Sebastião Gomes da Silva. Avenida Sebastião Tomé da Silva. Cruzamento Sérgio Fernando Tula Silberberg. Elevado Sérgio Landulfo Furtado. Viaduto Sérgio Roberto Corrêa. Estrada Severino Elias de Melo. Passarela Severino Viana Colou. Parque Sidney Fix Marques dos Santos. Estação Silvano Soares dos Santos. Ponte Solange Lourenço Gomes. Bosque Soledad Barret Viedma. Subida Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones. Escadaria Stuart Edgar Angel Jones. Ladeira Suely Yumiko Kanayama. Parada Sylvio de Vasconcelos. Passagem Telma Regina Cordeiro Corrêa. Rodovia Therezinha Viana de Assis. Linha Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto. Túnel Tito de Alencar Lima. Ciclovía Tobias Pereira Júnior. Terminal Túlio Roberto Cardoso Quintiliano. Rodoviária Uirassu de Assis Batista. Travessa Umberto Albuquerque Câmara Neto. Largo Valdir Salles Saboya. Córrego Vandick Reidner Pereira Coqueiro. Esquina Virgílio Gomes da Silva. Rua Vítor Carlos Ramos. Praça Vitorino Alves Moitinho. Alameda Vladimir Herzog. Avenida Walkíria Afonso Costa. Cruzamento Walter de Souza Ribeiro. Elevado Walter Kenneth Nelson Fleury. Viaduto Walter Ribeiro Novaes. Estrada Wânio José de Mattos. Passarela Wilson Silva. Parque Wilson Souza Pinheiro. Estação Wilton Ferreira. Ponte Yoshitane Fujimori. Bosque Zelmo Bosa. Fonte Zoé Lucas de Brito Filho. Escadaria Zuleika Angel Jones.

Soar, ressoar

E que todos os córregos, rios, afluentes e nascentes, à vista ou soterrados nos recônditos das terras e asfaltos deste país, façam emergir cada um dos nomes de todos os milhares de trabalhadores rurais e indígenas assassinados pela ditadura militar nos conflitos de terra. Se seus nomes foram sumariamente apagados e muitas vezes não catalogados, os corpos de seus sucessores continuam a sucumbir pelas balas do Estado – tanto o oficial quanto o oficioso – sob os olhos nus de um povo igualmente despido por um silêncio brutal, acovardado

e conivente, que encontra sua chave de mudança justamente no combate dos nomes sem corpos e dos corpos sem nomes, multidão movedora da história de um país que, muitas vezes, insiste em os perpetrar como vencidos.

Nessa cadência por logradouros renomeados em memória, verdade e justiça, que, conjugado no modo subjuntivo, esse chamado coletivo ressoe, neste tempo presente, uma demanda que é de passado e de futuridade: [que façamos] praças aos nomes sem corpos, [que sejamos] ruas para os corpos sem nomes. Assim, em conjunto, nossas vozes podem retumbar o que Brandon Labelle (2022, p. 56) nomeia agência sônica: a capacidade de, ao se orientar “pelas configurações dos eventos sonoros e seus comportamentos materiais, apoiar solidariedades coletivas formadas por vibração e reverberação, através das capacidades de circulação e itinerância, intensidades de volume e de silêncio, bem como das espectralidades e potencialidades encontradas na invisibilidade e no evanescente”. Em outros termos, que ações públicas e trabalhos artísticos emitam sonidos de diluição, evaporação, esvanecimento e, quem sabe, colaborem para a extinção das políticas de morte, ocultação e aniquilamento.

Figura 5

Vista da intervenção sobre fachada *Chamamento do Subjuntivo*, realizada na Galeria Vermelho, em 2022, como um diálogo com o trabalho *Praça aos nomes sem corpos* (Foto: Eduardo Brandão)



Elilson Gomes do Nascimento é artista, pesquisador e professor. Doutorando em artes visuais na Universidade de São Paulo, com período sanduíche na Universidad Nacional Autónoma de México.

Referências

FABIÃO, Eleonora. Adriana Schneider e Eleonora Fabião. In: FABIÃO, Eleonora; SCHNEIDER, Adriana (orgs.). *Janelas abertas: conversas sobre arte, política e vida*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

JAREMTCHUK, Dária. Contar o tempo: balanço de uma experiência. *Modos: Revista de História da Arte*, Campinas, v. 6, n. 3, p. 372-400, 2022. DOI: 10.20396/modos.v6i3.8670949. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8670949>. Acesso em 11 ago. 2024.

KUCINSKI, Bernardo. *K.: relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LABELLE, Brandon. *Agência sônica: som e formas emergentes de resistência*. Rio de Janeiro: Numa, 2022. (Utilização de PDF disponibilizado no moodle USP).

NOGUEIRA, Pedro Caetano Eboli. Estação Adílio: por uma política da memória a corpos invisibilizados. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 40, p. 77-91, jul.-dez. 2020. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>. Acesso em 11 ago. 2024.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *A poesia possível*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

SCHMIDT, Criméia et. al. (org.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos do Brasil (1964-1985)*. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, IEVE - Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

TELES, Janaína de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. *Anos 90 – Revista da Pós-graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012.

Artigo submetido em agosto de 2024 e aprovado em outubro de 2024.

Como citar:

DO NASCIMENTO, Elilson Gomes. Praça(s) aos nomes sem corpos. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, v. 30, n. 48, p. 168-194, jul.-dez. 2024. ISSN-2448-3338. DOI: <https://doi.org/10.60001/ae.n48.8>. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>